



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Colares
Procuradoria Geral do Município

PARECER N. 008/2023 – PGM

PROCESSO Nº. 2023/16

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE.

ASSUNTO: Análise do 2º Termo Aditivo do Contrato nº. 005/2021-PMC e seus anexos, visando a prorrogação por 12 meses.

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. ANÁLISE JURÍDICA PRÉVIA DO 2º TERMO ADITIVO DE PRAZO, **BASE LEGAL: ART. 57, INCISO II E O §2º, DA LEI 8.666/93. APROVAÇÃO PELA PRORROGAÇÃO COM A EMPRESA DE CAP CONSULTORIA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-SOCIEDADE SIMPLES, CNPJ Nº. 19.473.976/0001-00.**

I – DO RELATÓRIO

Fora encaminhado para esta Procuradoria, para a análise prévia dos aspectos jurídicos da minuta do **2º Termo Aditivo do Contrato nº. 005/2021-PMC e anexos**, com a empresa **CAP CONSULTORIA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-SOCIEDADE SIMPLES, CNPJ Nº. 19.473.976/0001-00**, que visa a prorrogação do prazo de vigência contratual, pelo período de **12 (doze) meses**, pelo mesmo valor contratado em 2021 e 2022.

Vale lembrar que o **Contrato nº. 005/2021-PMC, originário da Inexigibilidade de Licitação nº. 001/2021-PMC**, ora aditado, tem por objeto a Contratação de Pessoa Jurídica para Prestação de Serviços Técnicos de Assessoria e Consultoria Contábil na Área de Gestão Pública de Natureza Contínua, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal Colares e os Fundos de Saúde, Educação, Assistência Social e Meio Ambiente.

Para que procedesse à análise, foi encaminhado o **Ofício nº. 006/2023**, o pedido e a devida justificativa da autoridade competente com a minuta do 2º Termo aditivo e seus anexos, que enseja o Processo Administrativo encaminhado com o propósito de se aferir sobre a observância das formalidades legais e receberem ou não a anuência para o seu prosseguimento.

É o Relatório, passa-se ao parecer opinativo.

II - FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Inicialmente deve-se destacar que nos contratos celebrados pela Administração Pública pode-se falar em prorrogação do contrato por acordo entre as partes, se a situação fática enquadrar-se em uma das hipóteses dos incisos do art. 57, caput ou dos incisos do §1º, do mesmo artigo da Lei nº 8.666/93.

Assim, a prorrogação de prazo deve resultar do consenso entre as partes



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Colares
Procuradoria Geral do Município

contratantes, ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato, consoante exigências determinadas no §2º do art. 57 da Lei das Licitações e Contratos.

No caso em tela, verifica-se que a possibilidade e legalidade da solicitação ora formulada se encontra consubstanciada no artigo 57, II, § 2º da Lei 8666/93 que assim determina:

“**Art. 57.** A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

(...)

§2º - Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato”.

Analisando o procedimento realizado, verifica-se que o requerimento formulado se restringe a prorrogação de prazo, sem aditamento de seu valor, e, dessa forma, amoldando-se perfeitamente a presente pretensão no que prescreve o art. 57, Inciso II e o § 2º, da Lei 8.666/93.

III - CONCLUSÕES

ANTE O EXPOSTO, desde que obedecidos os ensinamentos dos dispositivos alhures transcritos, bem como observados os documentos reguladores fiscais da empresa, **OPINA-SE FAVORÁVELMENTE** pela prorrogação do prazo contratual com a assessoria jurídica **CAP CONSULTORIA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-SOCIEDADE SIMPLES, CNPJ Nº. 19.473.976/0001-00, por 12 (doze) meses, pelo período de 12/01/2023 até 11/01/2024, mantendo o mesmo valor de 2021 e 2022, sendo na importância de R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensais, aprovando o Segundo Termo Aditivo do Contrato nº. 005/2021, por não encontrar óbices legais no procedimento.**

Salvo melhor entendimento, é o parecer.

Colares/PA, 06 de janeiro de 2023.

PEDRO ARTHUR MENDES
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
Decreto 60/2021 – OAB/PA nº. 23.639